

**CEDI****Povos Indígenas no Brasil**Fonte: O Estado de Maranhão Class.: 23Data: 16/10/91 Pg.: \_\_\_\_\_**Cimi denuncia invasão de área indígena**

A área indígena Alto Turiaçu, localizada no Estado do Maranhão, entre a BR 316 e o rio Gurupi, com 530.524 hectares e que abriga os índios Kaapors, Guajás Tembê e Timbiras está sofrendo uma das maiores invasões de sua história. A denúncia é do coordenador do Conselho Indigenista Missionário Regional do Maranhão, padre Cláudio Zannoni, acrescentando que há mais de quatro anos famílias de Imperatriz e de outras cidades da região Tocantina juntamente com empresas agropecuárias e madeireiras ocupam uma faixa de aproximadamente 46 km de largura por 15km de extensão de terra indígena.

A região ocupada conta atualmente com mais de 1.100 famílias e algumas empresas agropecuárias, como a Iguai Agropecuária Ltda, Joaquim Monteiro, Agropecuária Vale Turiaçu, Antonio Chaves e Irmãos Galletti. Segundo Zannoni a ocupação da área indígena vem sendo planejada e executada principalmente por Nicodemos Martins Marques e Nildo Ferreira da Silveira com o apoio logístico de Neimar Lemes e Antonio Chaves Borges, de Imperatriz.

De acordo com informações, Nicodemos e Nildo, que se dizem donos de cartórios em Imperatriz e Belém, respectivamente, montaram uma estrutura eficiente para a ocupação "racional" da área indígena visando principalmente a extração de madeira. Nildo, inclusive, diz possuir uma liminar emitida pelo juiz de Carutapera que lhe garantiria a legalidade da posse, e teria induzido dezenas de lavradores a lhe venderem suas propriedades em troca de lotes com mata virgem na área indígena que afirmara ser de sua propriedade.

Cláudio Zannoni disse que Nildo, diante das medidas judiciais contra a sua pessoa, vendeu a suposta área de sua propriedade aos irmãos Galletti, "que são conhecidos na região por terem grilado e ocupado terras pertencentes aos índios Guajá". Nildo teria ainda entregue aos Galletti onze títulos de propriedade na área indígena forjados em seus cartórios." Agindo assim, ele espera poder livrar-se de possíveis medidas judiciais contra a sua pessoa denuncia Zannoni.

Por outro lado, Nicodemos, no intuito de provar a legitimidade da sua propriedade na área indígena, mostra aos eventuais contestadores um recibo um suposto ITR (Imposto Territorial Rural) no valor de Cr\$ 15.930.000,00 que diz ter pago à União.

**INVASÃO**

Há mais de dois anos, um grupo de índios Timbira que se

deslocou do Posto Indígena Canindé e se instalou próximo ao igarapé Araçatiwa, no limite da área, descobriu a enorme invasão de degradação da área indígena naquela região. Imediatamente os índios informaram à FUNAI, que em conjunto com agentes da Polícia Federal, foi à área e verificou a presença de invasores e sinais evidentes de demarcação, o que evidenciou um plano de ocupação planejada, com placas numeradas, mourões etc...

As denúncias por parte dos índios se tornaram freqüentes e generalizadas, culminando com a ocupação pacífica da Assembléia Legislativa do Estado do Pará no intuito de chamar a atenção da opinião pública e dos políticos e exigir por parte da autoridade a execução de medidas enérgicas e imediatas contra os invasores. O resultado disso foi a formalização de um pedido de liminar encaminhado pelo Ministério Público Federal (MPF) e FUNAI contra os autores-executores da invasão.

**LIMINAR**

No dia 04 de março de 1991, o juiz federal Cândido Aristides concedeu liminar favorável autorizando a retirada dos invasores. Entretanto, a liminar não chegou a ser executada. "Constata-se atualmente por um lado a truculência, o recurso constante às ameaças a índios e funcionários da FUNAI e a corrida às armas por parte dos invasores, tendo sempre como principal articulador o senhor Nildo; do outro lado, a revolta, a insegurança, a crescente desconfiança e o desânimo por parte dos índios ao verem sua própria terra ser ocupada e destruída, sem que os responsáveis sofram algum tipo de restrição", declara o coordenador do CIMI.

Em duas ocasiões (julho e setembro), os índios partiram, por iniciativa própria, rumo à área ocupada para tentar convencer os invasores a deixarem o local. Em vão. As expedições não chegaram sequer aos invasores, pois, pelas informações de uns moradores havia a presença de grupos de invasores armados planejando uma emboscada caso os índios chegassem até eles. Na última tentativa no mês de setembro, mais de quarenta índios acompanhados por funcionários da FUNAI, no intuito de retirar os invasores da área, defrontaram-se com o clima de grande tensão e potencial violência.

Fica evidente que tudo isso é consequência de numerosos e históricos interesses econômicos na região por parte de grupos que encontram respaldo e apoio em setores políticos da Região Tocantina", conclui Zannoni.